

Militância e Exílio: as trincheiras subterrâneas de luta

Maria Claudia Badan Ribeiro*

Autoriza publicación

1. Introdução

Este artigo é fruto de minha pesquisa de pós-doutorado realizada no Instituto de Altos Estudos da América Latina (Sorbonne Nouvelle-Paris) e procura mostrar como uma «cultura militante sem fronteiras» foi se constituindo naqueles anos, atravessando países e continentes, se formando ou se desfazendo em alguns momentos, e se solidificando em outros. Como afirmou a professora Maria Lygia Quartim de Moraes, aqueles anos foram anos de internacionalismos, da solidariedade e da descoberta das identidades. E, «*na velha retórica comunista-socialista a palavra 'solidariedade' era um valor respeitado*» [MORAES, 1996, p.53].

A solidariedade estava presente, sobretudo na luta contra as ditaduras que tomavam conta de um mundo dividido pelo contexto da Guerra Fria e que exigia uma tomada de posição reativa ou ofensiva. Para além das discordâncias políticas no seio da esquerda brasileira e internacional, as redes de militância política de esquerda e simpatizantes permaneceram e se difundiram naqueles anos em contraposição aos grupos da direita, responsáveis pela criação das escolas de treinamento militar para a eliminação de toda e qualquer oposição política no continente justificada pela ideia de fronteiras ideológicas.

Nesta política do *Big Stick*, é necessário afirmar que os Estados Unidos tiveram um papel fundamental [KISSINGER, 1973], seguido claro, da própria colaboração do governo militar brasileiro em luta contra «o perigo vermelho» [MOTTA, 2002]. Jarbas Passarinho, Ministro da Educação na época ousava dizer com relação ao Chile, «Os

*Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Pós-Doutora pelo Instituto de Altos Estudos da América Latina (IHEAL/Sorbonne Nouvelle). Bolsista CAPES n° 9593-11-0. Atualmente Pesquisadora Colaboradora da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP).

Andes podem significar uma barreira física, mas isso não significa que sejam intransponíveis».

Se a unidade da América Latina é em parte fictícia no que se refere às forças de oposição de esquerda, dada sua propagação física e ideológica, podemos dizer que ela existiu em determinados momentos naqueles anos. A ideia era então acender a chama comunista, socialista e anticolonialista pelo mundo, tendo como inspiradores a Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS), ocorrida entre julho e agosto de 1967 em Cuba.

Se Moscou era oficialmente contrária aos movimentos de luta armada na América Latina enviou, em contrapartida, agentes ao continente para produzir relatórios, para angariar simpatias e emprestar seu apoio logístico a quem seguia sua linha pacífica. E eram de conhecimento russo, as entradas e saídas de guerrilheiros no país, utilizado como rota de passagem para a realização de treinamentos em Cuba [MONIZ BANDEIRA, 1998].

Os pilotos de Ben Bella na Argélia, por exemplo, eram soviéticos. Em Angola, pessoas do governo cubano em missões secretas, ajudaram o país a adotar a sua nova moeda, estimulando também a luta dos independentistas. Agentes da STASI alemã eram enviados a Cuba, Argentina e Bolívia chegando a participar, alguns deles, diretamente dos confrontos armados na América Latina, ou fornecendo cursos teóricos e práticos¹.

Mesmo na China, militantes brasileiros realizaram cursos teóricos sobre a guerra de guerrilhas. Pelo menos três turmas foram enviadas para o país nos anos de 1964, 1965 e 1966, onde tinham lugar as aulas na Academia Militar de Nanquim².

Temos a considerar que a existência da URSS oferecia uma chance de sucesso aos povos que lutavam pela sua independência impedindo os métodos imperialistas utilizados contra eles. Cursos de formação política eram oferecidos pelo Partido Comunista russo e a URSS servia como retaguarda, principalmente em casos de refluxo, quando os militantes podiam pedir asilo e ajuda [PERRAULT, 1984, p. 196].

¹Eram homens e mulheres treinados pelo serviço secreto alemão e conhecidas na militância como *Romeus* e *Julietas*.

²Depoimento de Marco Aurélio Lisboa, [Mensagem eletrônica], Belo Horizonte, 04-13 de outubro de 2008.

Não podemos desprezar os contatos entre os partidos comunistas mundo afora. Sua máquina era bem organizada e utilizar sua estrutura era fundamental para a articulação guerrilheira latino-americana. Como afirmou Paulo Cannabrava, a frase dita em outros países «eu sou um comunista brasileiro» abria portas. Como ele declarou, «eu nunca abdiquei que nos éramos do Partido, quem rompeu conosco foi o Comitê Central, nós nunca quisemos romper com ele». As ligações entre o PCB e os outros partidos comunistas o levaram a Coréia do Norte, Iugoslávia, Tchecoslováquia, Itália, Argélia e Moscou aonde em suas palavras, ele chegava para «cobrar fidelidade». Segundo diz, se Cuba era elemento de ligação, «eu não precisei de Cuba para articular com os argentinos». Do apoio dos Partidos Comunistas europeus e latino-americanos ele conseguia passaportes, passagens, ajuda financeira, rotas de saída e entrada e divulgação da luta brasileira.

Luiz Carlos Prestes, por exemplo, continuava sendo o quadro de referência para o Partido Comunista Italiano (PCI), e os contatos no mundo socialista continuaram a ser realizados em ajuda aos brasileiros a partir das ramificações de sua estrutura, como a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Federação Sindical Mundial em Praga, a União Internacional dos Estudantes na Hungria, a União Mundial de Mulheres em Berlim Oriental³.

Utilizando-se de vários canais de solidariedade encontrados no exterior e que tinham como objetivo não só permitir acesso ao trabalho e aos estudos, os revolucionários também deram continuidade às tarefas de militância, utilizando as redes formais e informais de cooperação encontradas nos países estrangeiros. As atividades de auxílio à resistência armada continuaram a ser desempenhadas, ainda com maior complexidade, tanto por militantes em trânsito como por exilados radicados no exterior.

Alguns trabalhos pioneiros sobre exílio político foram publicados no Brasil, com destaque para a tese de doutorado da historiadora Denise Rollemberg [ROLLEMBERG, 1999]. No entanto, o exílio foi considerado pela autora como um espaço essencialmente de reconstrução pessoal e de luta pela anistia em especial após o ano de 1973, (ano do golpe militar) e já dentro, de ideias incipientes de democracia e diametralmente opostas

³Entrevista de José Luiz José Del Roio, São Paulo, 13 de abril de 2012.

às ideias autoritárias em voga nos movimentos de luta armada. A luta para a historiadora, portanto, numa ampla radiografia feita do exílio, foi considerada no limite da derrota do projeto revolucionário e de suas consequências em terras frias e distantes.

Ao se concentrar nos efeitos do exílio sobre a vida militante suas causas, portanto, foram mitigadas, o que poderia fornecer bons caminhos para explicar o movimento revolucionário no exterior e as relações iniciais e conflitantes mantidas com os países estrangeiros de acolhimento. Se as forças progressistas e emancipatórias naqueles anos estavam circunscritas à linguagem da revolução e do socialismo, caberia perguntar, como fez Boaventura de Sousa Santos, se a política de hoje, que recorre à linguagem dos Direitos Humanos, é capaz de preencher o vazio deixado pelo socialismo mobilizando as mesmas forças de oposição, dada sua «*crise aparentemente irreversível*» [SANTOS, 2009, p. 10-18].

Nossa preocupação foi dar visibilidade aos apoios que ocorreram no exterior tendo como marco temporal o período que se convencionou chamar de a segunda fase do exílio (1967-1973), quando muitas estruturas formais de acolhimento eram ainda incipientes e os militantes das organizações armadas tiveram que se apoiar em colaborações de outro tipo para impulsionar sua luta.

A chegada de brasileiros à França, após o golpe chileno atravessou outro tipo de política estando, ao que tudo indica, mais amparados pelas redes de ajuda oficiais quando chegaram, podendo contar com a pressão dos setores progressistas da sociedade francesa sensibilizados com o golpe e a truculência chilenos.

O exílio foi vivido para muita gente como um elemento de continuidade externa de luta. A Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), por exemplo, chegou a organizar seu retorno ao Brasil no ano de 1972 [GUTIÉRREZ, 1999]. Mesmo em situação de risco Paulo Cannabrava voltou ao país, vindo da Coréia, logo após o assassinato de Carlos Marighella. Como ele disse, «*eu levei quase cinco dias para atravessar a fronteira*⁴». O trânsito dos militantes da ALN pela fronteira foi intenso até fevereiro de 1973, orientado sempre pela Coordenação Nacional⁵.

⁴Entrevista de Paulo Cannabrava, 17 de maio de 2012.

⁵Entrevista de Carlos Eugênio Paz, São Paulo, 21 de setembro de 2003.

Muitos brasileiros chegaram ao exterior com a rejeição pela ideia de ser exilado. Como Marilza de Mello Foucher afirma, «*eu me sentia muito mal em deixar o Brasil. Eu fiz de tudo para não chegar como exilada*». Ela acrescenta: «*não foram só os grupos organizados que saíram do Brasil*»⁶.

Algumas pessoas chegando ao exterior mantiveram a clandestinidade na expectativa de volta ao país. Outras, podendo ir a Europa a trabalho serviram como agentes de ligação, como foi o caso de Vera Gertel e Augusto Boal [GERTEL, 2013, p. 167-174]⁷. A ideia do «exilado independente e legal» permitiu uma série de atividades no exterior, favorecendo o trânsito de pessoas e o jogo de alianças no exterior.

O treinamento de militantes brasileiros em Cuba demonstra que o trânsito externo foi intenso sob uma «capa de legalidade», e usando os métodos e as condições existentes da época para repasse de informações, para discussões internas, para obtenção de numerário, para a realização de cursos e treinamentos militares e para uma série de tarefas de solidariedade revolucionária⁸. Militantes estrangeiros radicados ou não em território brasileiro, também deram suas contribuições à guerrilha realizando tarefas de apoio através de suas atividades profissionais legais⁹.

Não fosse a atuação política desses militantes, no exterior, o que estimulou preocupações de parcelas de direita dos países que os acolheram, não haveria uma mudança progressiva de qualidade nas relações institucionais estabelecidas entre os países, onde o controle passou a ter maior tônica¹⁰. Se nos anos 1960 se assistiu na

⁶ Entrevista de Marilza de Mello Foucher, Paris, novembro de 2012.

⁷ Vera Gertel viajou como pombo-correio de Carlos Marighella por Paris, Praga e Alemanha Oriental. Augusto Boal levou a Paris mensagens de Carlos Marighella para os militantes da organização.

⁸ Entrevista de Darci Miyaki, Indaiatuba (SP), 28 de agosto de 2010, de Ana Corbisier, São Paulo, 29 de abril de 2010, de Eliane Toscano Zamikowski, São Paulo, 02 de setembro de 2010, de Ricardo Apgua. [Mensagem Eletrônica], 05 de junho de 2008, de Tania Fayal, Maricá (RJ), 20 de março de 2010, de Valdemar Menezes, [Mensagem Eletrônica], 04 de abril de 2008.

⁹ Entrevista de Danielle Birck, [Mensagem Eletrônica], Paris, 05 de setembro de 2010, e de Nair Benedicto Breyton, São Paulo, 19 de junho de 2010. Não era tarefa fácil sendo estrangeiro no Brasil, poder ajudar a militância política. À menor suspeita dos órgãos de segurança, estas pessoas poderiam ser expulsas do país, sob a alegação de que sua permanência *era contrária aos interesses nacionais*. Além disso, havia a chamada lista negra feita pelo governo que poderia impedir toda e qualquer pessoa de entrar no país, mesmo que muitas delas não sofressem perseguição política formal.

¹⁰ Antes de 1973 quando o golpe militar chileno mobilizou toda a comunidade internacional, a entrada de brasileiros nos países de exílio não parece ter sido tão facilitada como nos anos seguintes. Havia necessidade de comprovação por parte dos militantes, de seu “grau de periculosidade” para conseguir obter a documentação de refugiado no país. Grande parte dos militantes que chegaram à França fugindo do Brasil ou em tarefas da organização chegou com documentação falsa. Uma carteira falsificada para os

França a uma espécie de «descolonização da figura do inimigo interno», a partir de 1973-1974 a França decidiu fechar suas fronteiras e se engajou numa política de segurança do território [RIGOUSTE, 2011, p. 115-116]. Esta política passou a ser sentida pelos exilados brasileiros, como demonstram os documentos do Ministério do Interior francês sobre o controle de pessoas (africanos, árabes e latino-americanos) ¹¹. Foi, sobretudo, durante o governo de Valéry Giscard d'Estaing que esta política ganhou corpo contra os «estrangeiros subversivos» [RIGOUSTE, 2011, p. 155-156] ¹².

Pouco destaque, portanto, foi dado às redes que funcionaram de maneira clandestina, dependentes de simpatias pessoais e políticas, de diretrizes da organização ou da constituição de novos grupos de resistência no exterior, tanto na América Latina, como na Europa e até em alguns países africanos, onde brasileiros se integraram à luta de libertação como na Guatemala, na Venezuela, no Peru, em Guiné Bissau e Angola imbuídos da ideia de uma revolução continental.

Régis Debray afirmou que, a pedido de Ernesto Che Guevara, tinha como tarefa, antes de sua prisão, encontrar-se Carlos Marighella no Brasil, para fortalecer os laços revolucionários ¹³. O jornalista Paulo Cannabrava afirma que existiu um encontro entre Carlos Marighella e o guerrilheiro argentino para estabelecerem um acordo de apoio logístico à passagem de revolucionários e armas por território brasileiro [CANNABRAVA, 2003, p. 110].

O exílio não se constituiu apenas num recurso para escapar à repressão brasileira. As atividades políticas continuaram a ser desenvolvidas e influenciadas pelos movimentos de libertação em curso nos países africanos e com a chegada da Revolução dos Cravos em Portugal. Nos marcos de [ROLLEMBERG, 1999] o exílio funcionou, contudo, como uma salvaguarda de pessoas e autocrítica da luta armada. Ele mobilizou para a autora, mais uma necessidade de preservação da identidade revolucionária num nível abstrato do que de fato indicou caminho para a execução de tarefas revolucionárias concretas.

exilados, por exemplo, podia em alguns casos, trazer mais vantagens do que um documento obtido da ONU, que poderia chamar atenção sobre suas atividades consideradas ilegais [MOLICA, 2003, p. 208].

¹¹Archives Nationales. Archives du Ministère du Intérieur (Fontainebleau).

¹²Raymond Marcellin, Ministro do Interior francês (1968-1974), ficou conhecido pela sua perseguição implacável às organizações de esquerda francesas e estrangeiras, pelo endurecimento das leis de imigração e pelo aumento do nível de espionagem no país.

¹³Entrevista de Régis Debray, Paris, 23 de outubro de 2012.

Embora as vivências no exterior também tenham permitido aos militantes um aprendizado estando em contato com novas experiências, a ideias de democracia absorvidas no exterior, eram no limite experiências de bem-estar-social bastante diferentes do programa revolucionário desta geração de combatentes¹⁴.

Seria apressado, portanto, afirmar que os militantes tenham abandonado as ideias revolucionárias, quando a guerrilha armada não encontrou mais condições de se desenvolver ou quando a partir de 1973 a luta no exterior passou a ser mais de denúncias contra as violações dos Direitos Humanos. Essa característica, com efeito, foi constitutiva dela e utilizada naquele momento como um dos canais estratégicos, para que os militantes pudessem voltar ao Brasil ou preservar seus quadros presos e/ou que estavam sendo dizimados no país.

Nas campanhas realizadas no exterior, em raros momentos se falou sobre as motivações que levaram esses militantes e simpatizantes a serem presos no Brasil. A própria Anistia Internacional impunha como condição de proteção aos refugiados que eles «*não houvessem feito uso da violência*» [ROLLEMBERG, 1999, p. 50].

Se houve controle do governo francês é necessário compreender a minimização brasileira dessa luta, o que pode redimensionar para nós questões muito presentes na política atual brasileira, como a negação da condição de revolucionário, as versões que tentam se desprender das estruturas violentas de atuação no passado, ou mesmo os arrependimentos e as adequações aos mecanismos de poder e de governo.

Os desdobramentos desse pensamento explicam também em parte o grande conflito na volta ao Brasil desses militantes. Muitos deles introjetaram a ideia «da militância sem militância» assim que foi aprovada em agosto de 1979 a Lei de Anistia. Alguns eram da opinião que apenas os militantes que não eram da luta armada teriam respaldo e aceitação da opinião pública brasileira, para retornarem. Deviam, portanto, voltar em vagas, assim como saíram e sempre os mais implicados, por último.

2. Rede *Solidariedade* – França

¹⁴Em um texto bastante lúcido como irônico Luís Alberto Sanz, exilado na Suécia nos informa entre seu trabalho de estivador no porto de Estocolmo e o prazer de comer passas soviéticas: « a exigência agora é de seis horas [de trabalho] com salário de oito. O capitalismo sueco pode muito bem, conceder tais exigências. Não afetará seus enormes lucros » [CAVALCANTI, 1978, p. 309-313].

A paz na Argélia não levou todos para a casa. Como parte da luta anticolonialista surgiu em Paris um grupo chamado *Solidariedade*. Fundado em 1962 por ex-combatentes da Guerra da Argélia, tendo na figura de Henri Curiel seu principal líder e criador, a ideia da Rede *Solidariedade* surgiu de um acordo estabelecido entre Henri Curiel e Ben Barka, militante marroquino, chefe do movimento terceiro mundista e pan-africano¹⁵.

Henri Curiel, ele mesmo um exilado político, comunista judeu banido do Egito pelo Presidente Gamal Abdel Nasser tomou como tarefa principal auxiliar a maior parte dos movimentos revolucionários pelo mundo. Financiada pelos argelinos, em especial durante o governo argelino de Ben Bella [PERRAULT, 1984, p. 142]¹⁶ e tendo como base principal de suas atividades a cidade de Argel, a organização criada por Curiel tinha como lema: *l' heroïsme pour nous c' est de rester en vie* (heroísmo para nós é permanecer vivo). Como se difundia no grupo, a vida de um revolucionário era muito valiosa para ser desprezada ou posta em perigo.

Solidariedade teve sede em Paris e funcionava em duas frentes: uma legal, de contornos caritativos e ligada a atividades de socorro emergencial junto a refugiados, e outra clandestina, que recolhia fundos, medicamentos, promovia cursos, cuidava dos meios de transporte, mantinha um sistema regular de correio e comprava armas [GAUCHER, 1981, p. 188]¹⁷.

Nas memórias de Adolfo Kaminsky, um dos maiores quadros europeus de falsificação de documentos, atividade que teve sua origem durante a guerra na produção de documentos até o esgotamento de suas forças, o primeiro Congresso de *Solidariedade* aconteceu nos dias 1 e 2 de dezembro de 1962, numa periferia parisiense onde se reuniram cerca de trinta pessoas [PERRAULT, 1984, p. 108]¹⁸.

¹⁵A partir de 1964 começou se a organizar a Conferência Tricontinental em Cuba. Ben Barka era o grande líder desta Conferência, tendo sido designado seu presidente [PERRAULT, 1984, p. 132 e p. 135].

¹⁶Após a queda de Ben Bella o centro gravitacional da organização passou a ser Paris e o financiamento passou a ser feito por cotização entre os próprios integrantes de *Solidariedade* e outros simpatizantes (Entrevista de Maria Amaral, Champigny, França, 08 de Maio de 2013).

¹⁷Entrevista de Maria Amaral, Champigny, França, 08 de Maio de 2013.

¹⁸Entrevista de Adolfo Kaminsky, Paris, 26 de junho de 2013.

A Rede chegou a realizar congressos clandestinos que reuniam cerca 300 militantes que vinham de diversas partes como Inglaterra, África e Suécia. Seus efetivos eram da ordem entre 120-200 pessoas que formavam o essencial da organização.

Embora a Rede tenha contado com grupos remanescentes da resistência argelina, *Solidariedade* apresentou um recrutamento heteróclito quando incorporou nos anos 1960 rostos novos como cristãos, trotskistas, antigos comunistas, pacifistas, sindicalistas, castristas, nacionalistas, e maoístas [GAUCHER, 1981, p. 179 e p. 180].

Todo o *savoir-faire* obtido durante a guerra da Argélia foi empregado em auxílio a outras frentes de luta. No início as tarefas do grupo eram bastante simples, limitando-se a retirar pessoas ameaçadas de seus países de origem ou a transportar objetos, passando posteriormente, a formar grupos de trabalho setorializados e especializados em explosão de pontes, em falsificação de documentos, em maquiagem, em comunicação, em tradução, em medicina.

Solidariedade conseguia levar feridos de várias partes do mundo para serem tratados, clandestinamente, em hospitais franceses e seu setor de comunicação, difundia todo o material repressivo produzido nos Estados Unidos para ser distribuído aos países da América Latina. Havia equipes especializadas em esconder pessoas e objetos no interior de automóveis, método através do qual a organização conseguiu prestar seu apoio a muitos bascos e grupos anti-franquistas¹⁹.

Uma das primeiras tarefas da Rede foi auxiliar os militares desertores da Guerra do Vietnã. Depois, prestou sua ajuda aos Panteras Negras. O braço de *Solidariedade* era de fato muito amplo, tendo sido colocado à disposição da Tunísia, Venezuela e de grande parte dos movimentos de guerrilha da América Latina: Haiti, República Dominicana, Nicarágua, El Salvador, Brasil, Chile, Bolívia, Argentina. Os nacionalistas de Moçambique no seio da FRELIMO, de Angola e de Guiné-Bissau, também puderam desfrutar desta ajuda, para os quais a Argélia servia como base revolucionária.

Solidariedade não se limitou apenas a providenciar alojamento, trabalho, documentos ou dinheiro aos exilados e vítimas de tortura, ela ajudou também a

¹⁹*Solidariedade* ajudou a Frente de Libertação Popular (FLP) de Carlos Semprún, irmão do escritor Jorge Semprún, ele mesmo um dos dirigentes do Partido Comunista espanhol.

remobilizá-los, prolongando as técnicas das organizações ou lhes ensinando outras. Mesmo porque, acordos estabelecidos com outros grupos de ajuda, já realizavam este trabalho de acolhimento como o Movimento de Paz, França-URSS, Associação dos Juristas Democratas, União Internacional dos Estudantes, a Federação Sindical Mundial. Estas organizações facilitavam contatos com simpatizantes de partidos, com liberais e até mesmo com pessoas de direita [GAUCHER, 1981, p. 187; PERRAULT, 1984, p. 148].

Reforçada por reconhecidas organizações caridosas quando um agente de ligação era um pastor protestante, um membro da Cruz Vermelha, um integrante do Socorro Popular ou membro do CGT, *Solidariedade* podia recorrer a tais forças sempre que possível. *France Terre d'Asile* (França Terra de Asilo), por exemplo, surgiu da Rede *Solidariedade* de Curiel, podendo contar com dois de seus ex-integrantes que consagraram suas vidas ao acolhimento de refugiados e à sua instalação em território francês²⁰. Alguns conventos dominicanos também emprestavam seus estabelecimentos para abrigar quadros perseguidos, para a realização de suas reuniões ou para a preparação de quadros.

A estrutura de *Solidariedade* era diferente da máquina pesada dos partidos, em especial do Partido Comunista. Seu ecletismo pode estar na origem de sua longa existência, que se calcula em 16 anos de atuação até o assassinato de Henri Curiel, em 1978²¹. A Rede não tinha posições políticas definidas, mas se defendia como uma central de ajuda aos movimentos de libertação no mundo.

Ao verificarmos o contexto daquela época, a luta daqueles anos foi empreendida por redes independentes das estruturas comunistas oficiais, mesmo que militantes ortodoxos, às vezes, fizessem parte delas [MONNEROT, 1969, p. 689-690]. Não se pode esquecer também da mutação produzida nos partidos comunistas após a morte de Stálin, que fez com que estas organizações paralelas se distanciassem da nova linha política adotada. Este período é dominado por dois importantes fenômenos, embora contraditórios: de uma parte a coexistência pacífica, de outro lado a explosão de movimentos insurrecionais no Terceiro Mundo.

²⁰Entrevista de Sylviane Abou de Wangen, Paris, 02 de julho de 2013.

²¹A Rede continuou atuando até o ano de 1981, quando seus remanescentes foram presos.

Solidariedade teve seu apogeu no ano de 1972. Para ter ideia de sua força em 1966 o grupo abrigou militantes vindos de sete países diferentes, foram colocados à disposição deste contingente 23 lugares de reuniões em Paris e periferia, o serviço de mimeógrafo funcionou para produzir material para 13 países diferentes, 50 passaportes falsos foram distribuídos apenas neste período, assim como uma enorme quantidade de carteiras de identidade. Em quatro anos os estágios de formação se multiplicaram beneficiando 14 movimentos diferentes pelo mundo.

Verifica-se assim, como esta Rede extramuros foi ativa reforçando a luta política dos até então chamados Países do Terceiro Mundo. Suas influências na América Latina foram determinantes, como veremos a seguir.

3. A presença da Rede *Solidariedade* na América Latina

O coronel aviador brasileiro, Mauricio Seidl, transferido para a reserva pela ditadura brasileira²² conta que teve oportunidade de trabalho na Argélia justamente mantendo contato com a Rede Curiel. Foi levado à Rede por um conhecido guerrilheiro da FLN (Frente de Libertação Nacional). Seidl chegou a receber proposta de pilotar o avião que conduzia Ben Bella em suas missões sem, contudo, ter aceitado a oferta, indo trabalhar na *Air Algérie* [SEIDL, 1963].

Seu elo de ligação para a chegada à Argélia, em janeiro de 1965, foi Didar Rossano, representante de Curiel em Argel. O coronel aviador chegou à Argélia antes mesmo do Governador Miguel Arraes se estabelecer no país.

A polícia de fronteira existente em Manaus suspeitava da saída de militantes do Brasil utilizando a logística do francês desde 1967. Investigava também uma possível relação entre a guerrilha no Brasil e as lutas de libertação da Guiana e do Suriname para a entrada de armas pela floresta da Guiana Francesa, ou pela Amazônia venezuelana, que serviriam para abastecer a guerrilha de Che Guevara²³.

²²Mauricio Seidl foi piloto militar da Força Aérea Brasileira (FAB) durante 21 anos até abril de 1964, quando foi atingido pelo Ato Institucional nº1 (AI-1).

²³Entrevista de Paulo Cannabrava, São Paulo, 17 de maio de 2012. Cf. CANNABRAVA, 2003, p. 127. O inquérito sobre as relações entre Brasil e Guiana Francesa encontra-se no Processo de nº 236 depositado no Acervo Brasil Nunca Mais, disponível no Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP).

Não é demais lembrar que o general francês Paul Aussaresses foi o responsável na região pela instrução das Forças Armadas brasileiras transmitindo os ensinamentos adquiridos na repressão aos nacionalistas argelinos. Muitos ensaios nucleares conduzidos pela França em seus territórios *d'outre-mer* serviram como pretexto para treinamentos e emprego de técnicas repressivas, transplantadas depois, por exemplo, no Panamá, sede da Escola das Américas.

Se houve cooperação francesa na luta contra a guerrilha no Brasil, as forças revolucionárias brasileiras também souberam utilizar as estruturas da esquerda clandestina francesa para impulsionar sua luta. Uma das figuras bastante conhecidas no Brasil e que integrou a Rede na Europa, foi o militante do PCBR Apolônio de Carvalho²⁴.

Como afirmou a militante Maria do Amaral: « *o golpe de Estado no Chile nos mobilizou. Solidariedade criou um grupo especial, denominado Grupo Jacques para se encarregar de retirar militantes perseguidos e apoiar a resistência interna. Este grupo foi liderado por Apolônio de Carvalho* » [...]. [PERRAULT, 1984, p. 286].

Em 1973-74 as ações de *Solidariedade* aconteceram principalmente na Argentina. Como afirmou Amaral,

« Nós tínhamos coletado somas consideráveis junto aos sindicatos holandeses e escandinavos. Henri me enviou à Argentina no quadro deste *Grupo Jacques*. *Solidariedade* conseguiu retirar uma grande quantidade de chilenos que aguardavam próximos à fronteira argentina. Para salvá-los, nós criamos ateliês. Foi uma operação que exigiu um dinheiro considerável e que funcionou muito bem. Eu fui à Mendoza estabelecer contatos, aos pés da Cordilheira dos Andes. Minha viagem também tinha o objetivo de dar cursos aos chilenos e aos uruguaios exilados. Eu dei cursos de comunicação, de transformação de pessoas, de falsificação de documentos e de propaganda armada. Eu tinha a sensação de levar alguma coisa vital. Um papel é uma vida. Minha segunda missão consistia em dar curso de clandestinidade aos eclesiásticos chilenos²⁵ ».

Entre as figuras de maior destaque que saíram pela denominada *Operação Jacques* estavam Jacques Chonchol, Ministro de Agricultura do governo de Allende e

²⁴Apolônio pertenceu às Brigadas Internacionais e lutou na Guerra Civil Espanhola. Na Resistência Francesa, combateu junto ao Francs-Tireurs et Partisans (FTP). No Brasil foi oposição à ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945) e ao Regime militar (1964-1985) tendo pertencido ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Preso e enviado ao exílio em 1970 em troca da libertação do embaixador alemão Ehrenfried von Holleben, voltou ao Brasil com a Anistia ajudando a fundar o Partido dos Trabalhadores (PT).

²⁵Maria Amaral deu cursos no Peru e El Salvador durante esta viagem. Entrevista de Maria Amaral Champigny, França, 08 de Maio de 2013.

chefe do MAPU (Movimento de Ação Popular Unificada) e o jornalista Eugênio Lira Massi que tinha realizado uma ampla campanha de denúncia contra as experiências nucleares realizadas pela França no Pacífico.

A França e particularmente Paris constituiu-se numa base para as pessoas que estavam decididas a prosseguirem a luta revolucionária. *Solidariedade* previa, por exemplo, o retorno de certo número de pessoas escalonadas para voltar ao continente latino-americano entre abril e dezembro de 1975 [PERRAULT, 1984, p. 255].

Maria do Amaral se lembra do primeiro membro de *Solidariedade* enviado ao Chile. Era uma mulher membro do Partido Comunista francês e contato imediato de Charles Tillon (resistente do *Francs Tireurs et Partisans Français-FTPF*). Foi esta militante a responsável pelo transporte das primeiras 300 carteiras de identidade produzidas pela organização. Como Maria afirma, «*seu status social lhe permitia tomar um avião ao preço de um táxi (e por isso Curriel a utilizava para realizar ligações à longa distância)*». Ela realizava na época três viagens por mês, assegurando contatos com o Brasil, Uruguai, Peru e Argentina. Realizou também uma viagem a Zâmbia para propor aos revolucionários moçambicanos o reforço de quadros brasileiros exilados (dos quais seis deles se dirigiram para o país) e a entrega de dez mil dólares à guerrilha salvadorenha [PERRAULT, 1984, p. 272].

Adolfo Kaminsky ligado à Rede *Solidariedade*, enquanto pacifista, declara que «*via o projeto de falsificação de documentos como uma forma de fazer pressão sem entrar na engrenagem da violência*», pois como ele afirmou em seu livro, «*por toda parte no mundo os povos lutavam pela liberdade. Depois dos dominicanos e dos haitianos, foi a vez do Brasil ficar sob o jugo de uma ditadura militar em 1964. Em seguida [...] Argentina, Venezuela, El Salvador, Nicarágua, Colômbia, Peru, Uruguai, Chile [...]. Todos esses países vieram se juntar à minha lista* » [KAMINSKY, 2009, p. 199].

Foi durante estas longas noites passadas em claro e dias ininterruptos no escuro de seu laboratório fotográfico que foram produzidas as carteiras que traziam o nome do Instituto Félix Pacheco (IFP), da Polícia Federal do Rio de Janeiro.

Há indícios de que outros militantes brasileiros sabiam da atuação da Rede no Brasil, pois a se considerar a narrativa de Gilles Perrault, mensagens do interior da prisão chegaram à *Solidariedade* após a prisão de um guerrilheiro que teria informado a polícia sobre o apoio do grupo [PERRAULT, 1984, p. 179].

O braço da *Rede Solidariedade* na América Latina era assegurado pela presença no continente de Georges Mattéi²⁶. O combatente manteve relações com a Rede de Curiel, e foi o responsável por estabelecer o primeiro contato com Cuba, com a ideia de um projeto de transformar Havana na capital de uma internacional latino- americana [GALISSOT, 2009, p. 118-119; EINAUDI, 2004, p. 105].

Mattéi deslocou-se por vários países como Venezuela, Argentina, Chile, tinha relações de proximidade com o comandante venezuelano Douglas Bravo, e encontrou-se no Brasil, com Carlos Marighella algumas semanas após o golpe de Estado [EINAUDI, 2004, p. 139-140].²⁷ Também se reuniu com Dom Helder Câmara em Recife retornando à Europa com a tarefa de denunciar no exterior o assassinato de brasileiros [EINAUDI, 2004, p. 140-141].

Contrariamente à realidade, a diretriz da Rede *Solidariedade* aos seus integrantes era a de jamais estar presente no terreno de luta de outros países. Aqueles que viajam asseguram os contatos, levam mensagens, davam cursos clandestinos. Jamais em tempo algum, um integrante se incorporava ou participava de uma ação local. Isso claro, não impediu a transferência de alguns de seus quadros para a América Latina, como Michèle Firik, por exemplo, integrante da Rede Curiel e que se inseriu no grupo Fuerzas Armadas Rebeldes (FAR) da Guatemala [KAMINSKY, 2009, p. 224-225; EINAUDI, 2004, p. 133; TERK, 2004].

4. *L'Italia dove fischia il vento*²⁸

A Itália funcionou como uma retaguarda nada desprezível para os revolucionários brasileiros, onde uma rede política de ajuda atuou de maneira intensa, chegando a provocar bravatas de Emílio Garrastazu Médici contra a colônia de italianos no Brasil²⁹.

Leonardo Ditta, por exemplo, não só ajudou pessoalmente brasileiros, como destacou a atuação de Ettore Massina, jornalista da TV pública italiana e amigo do Papa Paulo VI em ajuda aos brasileiros. Ettore Massina e o padre Paul Gauthier fundaram em

²⁶Mattéi participou da Guerra da Argélia sobre a qual escreveu um livro, *La Guerre de Gusses* relatando os horrores que o Exército francês cometia em nome da República. Para maiores informações consultar, MATTEI, Georges. *La Guerre des Gusses*. Paris: Balland, 1982.

²⁷Depoimento de Floreal Cuadrado, Rio de Janeiro, 24 de março de 2014.

²⁸Referência à canção partigiana *Fischia il vento* de Felice Cascione de 1943.

²⁹Entrevista de José Luiz Del Roio, São Paulo, 13 de abril de 2012.

1964 a Rede Radié Resch, uma organização humanitária situada em Roma que prestava ajuda aos países do Terceiro Mundo³⁰.

Através da dirigente da Ação Libertadora Nacional (ALN) Zilda Xavier Pereira, Leonardo Ditta pode dar sua contribuição pessoal à luta ajudando os militantes brasileiros no trâmite de passagem entre Cuba e Itália³¹.

A livraria *Istituto Italo Latino Americano* di Roma (ITAL), ligada ao Secretário-geral da Democracia Cristã Amintore Fanfani, realizava debates sobre a realidade brasileira, servindo como um canal de denúncias e um fórum de discussão política.

A atriz Norma Bengell foi a responsável por incorporar à ALN o apoio do diretor de cinema Gianni Amico. Foi ele também o elemento de ligação de militantes da luta armada brasileira a antigos *partigiani* italianos. Amico também conseguiu contato com uma senhora no interior do Vaticano, que contribuía com a ALN³².

Se a concentração maior de pessoas estava na França, José Luís Del Roio afirma que o trabalho mais produtivo era realizado na Itália, junto às bases católicas. Flavio Médici se encarregava dos contatos com os religiosos – que continuaram a ser realizados mesmo após a morte de Carlos Marighella e de Joaquim Câmara Ferreira. O contato com os sacerdotes italianos também era favorecido pela presença no Brasil de Dom Paulo Evaristo Arns e pelo fortalecimento crescente de uma «Igreja Oficial de Oposição³³».

Os sacerdotes foram fundamentais no repasse de informações ao exterior. As denúncias realizadas no exterior chegavam à Europa pelas mãos de Dom Pedro Casaldáliga, Tomás Balduino e pelo padre Renzo Rossi³⁴. Denúncias contra a repressão aos índios, assassinatos de camponeses no estado de Goiás, desaparecimento de pessoas, estavam entre algumas das notícias principais desta central religiosa de comunicação.

Militantes da ALN se instalaram na Itália, como pontos de apoio militante. Tania Fayal e Domingos Fernandes se estabeleceram em Gênova e Veneza para efetuar tarefas para a organização, encontrando-se com antigos resistentes de guerra no início de 1972. A ideia era – como afirmou Tania – permanecer por dois a três meses no território, para

³⁰Entrevista de Leonardo Ditta, São Paulo, 18 de maio de 2012.

³¹Entrevista de Leonardo Ditta, São Paulo, 18 de maio de 2012.

³²Entrevista de Itobi Alves Correia, São Paulo, 16 e 18 de maio de 2012.

³³Entrevista de José Luiz Del Roio, São Paulo, 13 de abril de 2012.

³⁴Entrevista de José Luiz José Del Roio, São Paulo, 13 de abril de 2012.

que cada militante também estabelecesse um canal diferente de volta ao Brasil³⁵. Pois a ideia de voltar ao Brasil, como afirmou Del Roio, era «*total, completa e absoluta. A intenção era realizar trabalho de conscientização, enviar ao país os quadros menos queimados*»³⁶.

Urbano Stride era quem coordenava a ampla rede de apoio aos brasileiros na Itália. Como afirma Cannabrava, «formavam-se comitês de bairros, onde os *partigiani* apoiavam e protegiam os *guerriglieri*»³⁷. A partir de contatos realizados em Cuba, Paulo Cannabrava manteve uma casa em Trastevere por onde passavam os militantes para treinamento na ilha, tendo sido um de seus hóspedes, o militante *Marquito*³⁸.

Dario Canale, que recebeu ordem de expulsão da ditadura brasileira em 1967, além de ser um «gênio da falsificação» era o elemento de ligação com um grupo de *partigiani* que se reunia no Comitê Itália-Vietnã através do qual repassava documentos³⁹.

O Partido Comunista Italiano (PCI) ajudou os brasileiros com alguma contribuição em dinheiro e lhes forneceu espaço em seus encontros, comícios e jornais, particularmente, via Enrico Berlinguer⁴⁰. O apoio «não era militar, mas logístico», ajudando na obtenção de moradia, de regularização de documentos e no debate político.

Os sindicatos italianos auxiliaram muito no repasse de informações do interior de empresas italianas transferidas para o Brasil, esclarecendo sobre suas relações econômicas com o regime militar brasileiro⁴¹.

³⁵Entrevista de Tania Fayal, Maricá (RJ), 20 de março de 2010.

³⁶Ricardo Zarattini, militante banido do Brasil, voltou ao país para retomar as bases operárias em Santo André, os grupos de camponeses espalhados por Alagoas e os remanescentes operários ligados ao Agrupamento Comunista de São Paulo.

³⁷Urbano Stride era amigo de Dario Canale, com quem veio ao Brasil em meados de 1965. Urbano mantinha ligações com grupos clandestinos no estado do Pará. Foi preso em 1967 e expulso do Brasil [DEL ROIO, 2006, p. 57-58].

³⁸Marquito era Marco Antônio Braz de Carvalho, homem de confiança de Carlos Marighella e comandante do Primeiro Grupo Tático Armado (GTA) da ALN.

³⁹Dario Canale, militante comunista italiano veio ao Brasil em meados de 1965. Trabalhou com Joaquim Câmara Ferreira na Gráfica do PCB. Expulso em 1967 participou em Paris das barricadas de maio de 1968 e das grandes greves do chamado «outono quente» italiano de 1969. Continuou militando pela ALN na Itália e voltou clandestino ao Brasil em 1971. Foi preso em 1978 obrigando o governo Geisel a suspender seu banimento. [DEL ROIO, 2006, p. 153-244].

⁴⁰Berlinguer foi uma figura de destaque na política italiana do século XX. Foi ele quem criou o chamado «compromisso histórico», propondo uma aliança entre as massas católicas comunistas e socialistas e levando a política leninista a um novo direcionamento.

⁴¹Entrevista de José Luiz Del Roio, São Paulo, 13 de abril de 2012.

Correspondentes internacionais italianos também se destacaram na imprensa divulgando notícias do Brasil. Alguns jornalistas eram ligados ao PCI, outros defendiam posturas mais progressistas. O jornal *Unità* deu muita contribuição nas figuras de Kino Marzullo e de Guigo Vicario respectivamente. Não podemos deixar de mencionar por outro lado, as Edições Giangiacomo Feltrinelli, responsável por difundir os escritos de Marighella.

Alguns funcionários da empresa VARIG, realizaram um trabalho de comunicação muito útil aos exilados. O contato estabelecido junto aos anarquistas da cidade de Carrara também rendeu preciosa ajuda, sendo que a cidade foi ponto de passagem dos militantes treinados em Cuba, local da feitura da versão italiana do *Front Brésilien d'Information* (FBI) e de repasse de informações aos marinheiros brasileiros compradores de mármore⁴².

Um brasileiro que deu um apoio fundamental em Roma foi Jirges Ristum. Como afirmou o jornalista Roberto Müller ele «transformou sua casa numa espécie de embaixada clandestina dos exilados políticos» [ISOLA, 2009, p. 39]. Foi lá que diferentes dirigentes da resistência armada à ditadura encontraram acolhimento numa charmosa casa na Via dei Cappellari, em Campo dei Fiori. Jirges era então, o representante da ALN (Ação Libertadora Nacional) em Roma e sua casa serviu de ponto de apoio para «um vai e vem infernal» de brasileiros com destino a Cuba [ISOLA, 2009, p. 61].

Itobi Alves Correia foi o responsável pela difusão na Itália do documento *Carta aos Revolucionários Europeus*, produzido pela ALN. Com o título em italiano *Ai rivoluzionari europei*, Marighella escrevia aos antifascistas italianos: «Não vemos separação entre a nossa luta e a luta de vocês [...]»⁴³.

Como afirmou José Luiz Del Roio «uma grande desta ajuda afluía para a ALN, não porque os amigos italianos apoiassem sua postura política, mas estavam chocados pelas violências cometidas em toda a América Latina» [DEL ROIO, 2006, p. 152]. Endossando ou não a linha política brasileira, o fato é que os italianos ajudaram muito e estavam bem informados sobre o que acontecia em nosso país.

⁴²Entrevista de José Luiz Del Roio, São Paulo, 13 de abril de 2012.

⁴³Aos revolucionários europeus. Tradução nossa. «Non vediamo separazione fra la nostra lotta e la vostra [...]». [Unità, 8 nov. 1969, p. 7].

Pelo acima exposto, e para concluir, verifica-se como era grande a vitalidade destas redes revolucionárias de solidariedade que não só salvaguardaram a integridade física de pessoas, mas fizeram bem mais do que isso.

Bibliografia

CANNABRAVA, Paulo, *No Olho do Furacão: América Latina nos anos 60/70*, São Paulo, Cortez, 2003, p. 110, 127.

CAVALCANTI, Pedro Uchoa e all, *Memórias do Exílio Brasil 1964-19??* São Paulo, Livramento, 1978, p. 309-313.

DEL ROIO, José Luiz. *Zarattini: a Paixão Revolucionária*, São Paulo, Ícone Editora, 2006, p. 57-58, 152-244.

EINAUDI, Jean-Luc, *Franc-tireur*, Georges Mattéi, de la guerre d'Algérie à la guérilla, Paris, Sextant, 2004, p. 105, 133, 139-141.

GALISSOT, René. *Henri Curiel*, Le mythe mesuré à l'histoire, Paris, Riveneuve, 2009, p. 118-119.

GAUCHER, Roland, *Le Reseau Curiel ou La subversion humanitaire*, Paris, Éditions Jean Picollec, 1981, p. 148, 179-180, 187-188.

GERTEL, Vera, *Um gosto amargo de bala*, 1ª ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2013, p. 167-174.

GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne, *A Guerrilha Brancaleone*, Porto Alegre, Proleta, 1999.

ISOLA, Ivan Negro (Org.), *Um vento me leva: lembranças de Jirges Ristum*, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009, p. 32, 92, 61, 118.

KAMINSKY, Sarah, *Adolfo Kaminsky, une vie de faussaire*, Paris, Calmann-Lévy, 2009, p. 105, 199, 225.

KISSINGER, Henry. *O Mundo Restaurado*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1973, p. 306.

MOLICA, Fernando, *O homem que morreu três vezes: uma reportagem sobre o «Chacal brasileiro»*, 2ed, Rio de Janeiro, Record, 2003.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto, *De Martí a Fidel, A Revolução Cubana e a América Latina*, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1998.

MONNEROT, Jules, *Sociologie de la Révolution, Mythologies politiques du xxe siècle, Marxistes-léninistes et fascistes, La nouvelle stratégie révolutionnaire*. Paris: Fayard, 1969, p. 689, 690.

MORAES, Maria Lygia Quartim, *Vinte anos de Feminismo*, Tese de livre-docência apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas– IFCH da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, 1996, p. 53.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá, *Em guarda contra o «Perigo Vermelho»: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*, São Paulo, Perspectiva/FAPESP, 2002.

PAZ, Carlos Eugênio, *Nas Trilhas da ALN*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1997.

PERRAULT, Gilles, *Um Homme à Part*, Tome 2, Paris, Bernard Barrault, 1984, p. 108, 132, 135, 142, 148, 179, 196, 229, 231, 255, 272, 286.

RIGOUSTE, Mathieu, *L'Ennemi Intérieur*, La généalogie coloniale et militaire de l'ordre sécuritaire dans la France contemporaine, Paris, La Découverte, 2011, p. 115-116 e 155-156.

ROLLEMBERG, Denise, *Exílio: entre raízes e radares*, Rio de Janeiro, Record, 1999, p. 116.

_____. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, Rio de Janeiro, Mauad, 2001, p. 250.

SANTOS, Boaventura de Sousa, Direitos Humanos: o desafio da interculturalidade. *Revista Direitos Humanos*, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, n° 2, junho de 2009, p. 10-18.

SEIDL, Maurício Martin, *Vôo Cego Rumo ao Exílio*, Europa, n/d.

TERK, Boris, *Michèle Firk est restée au Guatemala*, Portrait d'une cinéaste en armes, Paris, Syllepse, 2004.